

EDIÇÃO ELECTRÓNICA: FERRAMENTA DO CONHECIMENTO

Fátima Libório

Coordenadora do Gabinete de Edições Electrónicas
da Biblioteca Nacional

Sérgio Pires

Webmaster da Biblioteca Nacional

INTRODUÇÃO

Ai que prazer
Não cumprir um dever,
Ter um livro para ler
E não o fazer !

...

Liberdade
de Fernando Pessoa

Um livro que se tem e não se lê – mais, que temos o prazer, momentâneo, pelo menos, de não ler. **Os livros, tão diversos na origem, na finalidade, tão diversos também no que escrevem, no que traduzem, no que apreendem, são o elo final da comunicação do conhecimento.**

De *L'Ille au Trésor*, de Stevenson, ao empolgante Robinson Crusoe ou à circunstanciada *Relação do Novo Caminho*, de Manuel Godinho; dos poemas épicos de Tasso, Ariosto e Camões à Beatriz e à Laura de Petrarca e Dante; da prosa da Casa de Avis à produção, também moralizante, do Tolstoi, forte e triste; dos tomos densos dos académicos de Setecentos ao panfleto operário, do folhetim de *délassement* ao romance social de Balzac e Zola...; - **tudo isto é comunicação, é em favor da comunicação, é um traslado do conhecimento**; - mesmo quando o Absurdo se impõe ou perpassa, como em Kafka ou Borges.

O livro, o folheto, o pasquim, impresso ou manuscrito... talvez encadernado, talvez iluminado, dorme; a biblioteca é a sua casa, a estante é o seu catre. Assim é desde Alexandria, assim foi entre os senhores do Renascimento, opulentos e graves, que se disputavam amigavelmente o prazer de comunicar, no cenáculo ou pela missiva, acerca de livros; depois, vieram os enciclopedistas com bibliotecas sistematizadas e os que hoje coleccionam primeiras edições ou exemplares de tiragem especial...

Entretanto, monges e frades, da branca Albion às Sagradas Rússias e ao Mediterrâneo, antigo e grande, foram dando vida aos claustros e aos livros – trasladando, glosando, iluminando no curso vagaroso dos séculos. Como os cronistas, para que ficasse escrito, para que ficasse Memória; - para **comunicar o conhecimento e a história** ao Futuro.

A comunicação é uma atitude inerente à existência: o Homem é gregário, a palavra é necessária. Palavra para os vivos, mas também palavra para os mortos, enquanto epitáfios ou comemorações – porque lembrar é também comunicar.

Palavra escrita e palavra dita, uma fluência antiga, como testemunham os romancistas, com suas variantes e problemas de atribuição; - o escrever e o falar, uma complementaridade necessária, como o Fax e o Telefone, sem guerra, oposição ou desmentido. E dessa complementaridade são testemunho e exemplo as novas tecnologias, sem as quais não se pode pensar este tempo que é o nosso. Ora, é deste momento da aventura humana que seguidamente trataremos.

1 – Relação biblioteca/utilizador: princípio e fim do monopólio

A definição de biblioteca sofreu ao longo dos tempos oscilações várias, muitas vezes em consequência das condições sociais, culturais, políticas e económicas dos regimes mais ou menos abertos à comunicação e à divulgação da informação.

Não fugiu a essa regra a Biblioteca Nacional que teve as suas raízes na Real Biblioteca Pública da Corte, criada em 1796, e cujos fundos definidos pela lei fundacional como “tesouro de todas as Artes e Ciências” e, o seu acesso, destinado aos eruditos e homens de saber, passou por diversas fases desde António Ribeiro dos Santos (1816): de “templo do saber” com José Feliciano de Castilho e Gabriel Pereira (1843-1902); à “biblioteca popular” de Faustino da Fonseca (1911-1918); ao “laboratório da ciência viva” com Jaime Cortesão e Raul Proença (1920-1927). A concepção da “biblioteca-cofre” de Costa Veiga (1940) prevaleceu largas décadas até Palma-Ferreira (1980-1983) que instituiu como função primeira da Biblioteca Nacional a divulgação alargada dos seus fundos essencialmente humanísticos, nomeadamente através de um Plano de edições, que contemplou prioritariamente os fac-similados e inéditos.

Como se pode concluir de todas estas qualificações, a relação biblioteca/utilizador nem sempre foi pacífica. Se por um lado a concentração de todo o património bibliográfico português – às colecções iniciais juntaram-se não só compras preciosas, espólios e Livrarias de extintos conventos e Ordens religiosas, como também todas as publicações por força do depósito legal – estava à guarda de zelosos bibliotecários com atribuições não só de organização como também de preservação, por outro, o tipo de utilizadores cada vez mais foi reclamando o acesso a todo um manancial de informação e conhecimento. Esta relação desenvolvia-se, então, através de um número muito limitado e vigiado de serviços e o utilizador/leitor sentia que dependia, de facto, de um monopólio inultrapassável. Em consequência, já na segunda metade do séc. XIX, o público menos erudito recorreu à imprensa periódica - revistas e jornais diários-, para satisfazer a sua necessidade de informação, mais barata que o livro e, sobretudo, independente das bibliotecas.

Esta situação manteve-se até à segunda metade do séc. XX (anos 50), época de grande expansão técnico-científica, e em que a difusão da informação através de novos canais mais directos, acessíveis e de baixo preço, tais como a televisão e, mais tarde o vídeo, alteravam substancialmente a dependência do utilizador final dos livros e das bibliotecas. Foi então que os “consumistas” da informação reclamaram por uma circulação mais rápida e eficiente, pondo em causa o lema biblioteconómico vigente: *a preservação das espécies documentais justifica a contenção da sua consulta*. E foi nos anos 80, que as bibliotecas se aperceberam que o seu monopólio tinha chegado ao fim.

Com a actividade editorial em franca expansão e o desenvolvimento de novas tecnologias direccionadas não só a áreas técnicas mas sobretudo à difusão de conteúdos culturais

(literatura, música, iconografia, cinema e audiovisuais, etc.), as bibliotecas reconheceram então a necessidade de alterar os seus objectivos e as novas linhas de rumo orientaram-nas para um equilíbrio entre a preservação das suas colecções e o acesso e divulgação das mesmas.

A Biblioteca Nacional, como guardiã do património bibliográfico português, foi pioneira nesta tomada de consciência e logo iniciou o processo de automatização dos seus catálogos e criou a Base Nacional de Dados Bibliográficos – PORBASE, que permitiu desde logo ao utilizador conhecer não só os seus fundos como os de mais de uma centena de bibliotecas portuguesas que colaboram no Catálogo Colectivo em Linha, disponível desde 1988 através da Rede Pública de Dados e, desde 1995, na Internet.

2 – A era informática: a aproximação ao utilizador e o equilíbrio do monopólio

Logo no começo da informática foi equacionada a relação entre informação massificada, miniaturização dos suportes, rapidez da investigação e inteligência dos elos associativos, já que, ao utilizá-la, é permitido recompôr novas ligações e novas circulações hipertextuais. Criavam-se assim as condições para iniciar edições e bibliotecas virtuais, que mais não são que verdadeiras “máquinas” para estruturar o saber, a exemplo do que aconteceu com os *codex* ou com os rolos de Alexandria; já a cultura do Renascimento, através do impresso, se baseava nas técnicas das artes da memória não só para conservar, como também para organizar e tornar fecunda a acumulação do saber, possibilitando assim o acesso a dados complexos com novos imperativos de difusão e, simultaneamente de abertura dos conhecimentos.

Mas, no presente e no futuro, o destino dos livros e do impresso, logo das bibliotecas, joga-se em função das possibilidades reais que a informática pode e sabe desenvolver, não só a catalogar, descrever, reproduzir, mas também com vista a possibilitar a leitura com assistência de novas funções, para representar as possibilidades de pesquisa e de orientação, para armazenar as novas configurações do saber.

No entanto, a informática não constitui uma simples alternativa formal e de reprodução artificial do impresso, mas o que está em jogo é a rapidez, a própria eficácia do ciclo de informação entre a sua emissão, a sua publicação e, por outro lado, a sua apropriação por um público interessado.

Verificou-se, entretanto, que a relação do utilizador/leitor com grandes volumes de informação se alterou profundamente e daí a necessidade de criação de novos utensílios de trabalho, de selecção e de navegação que permitam a exploração deste enciclopedismo em rede, não descurando nunca a noção de que a constituição de uma biblioteca imaterial não é uma acção neutra e muito menos um processo na continuidade da biblioteca física.

Daí considerar-se que:

- a *conversão dos documentos* (textos, manuscritos, colecções patrimoniais, imagens fixas ou animadas, sons, dados técnicos ou científicos, etc.) para novos suportes não constitui apenas uma substituição dum objecto material, textual, sonoro ou iconográfico, é uma outra máquina editorial que os torna mais circuláveis ou reproduzíveis, é um agrupamento das relações do conhecimento, uma outra comunidade em gestão;
- a *digitalização dos documentos* é indispensável em função da problemática da conservação – tendo sempre presente a lógica do impresso, o original é substituído, os fundos são protegidos, o leitor usufrui de um serviço rápido, as estatísticas são facilitadas, a telecomunicação dos documentos é possível;
- a *gestão electrónica dos documentos*, na área das ciências da informação, só beneficia as bibliotecas através da sua evolução e dos seus progressos.

Ora, dado que ao pensar-se numa biblioteca se supõe sempre que nela existe, além de uma concepção organizativa - logo uma visão enciclopédica -, também um projecto não só de juntar mas também de pôr em circulação os saberes, é a ela que compete aplicar este duplo projecto, recorrendo aos seus ilimitados conteúdos e modificá-los pelo meio electrónico. Assim, poderá oferecer às clientelas da informação edições electrónicas com novas possibilidades de leitura e de pesquisa, de

consulta mais fácil e completa, com economia de tempo e de custos, transformando a informação numa relação estimulante, recuperando públicos e também aguçando, novamente, o interesse do leitor para a compra de livros.

Nestas condições, o monopólio das bibliotecas encontrou finalmente o seu equilíbrio; as bibliotecas, ao assumirem claramente a sua função de parceria na inovação do mundo da informação, têm vindo a contribuir com os seus conteúdos tratados em edições electrónicas para um sistema crescente de fornecimento de serviços de informação, nomeadamente, nas áreas da produção, distribuição e usufruto do património bibliográfico português, em particular, e da cultura, em geral.

3 – Edições electrónicas

3.1 – O suporte electrónico estimula e compensa o suporte papel

É criando um utensílio - o electrónico - que mudamos o modo como as pessoas utilizam a biblioteca e os seus conteúdos.

Esta nova forma de difusão do saber, alargada, aprofundada, revisita e reutiliza ao infinito as fontes patrimoniais e transforma o texto, passando de uma economia do objecto produzido, armazenado (o livro), para uma economia de fluxo de informações. Na primeira existe uma relação de troca onde a compra é *a priori* e representa um direito propriedade quase sem limite sobre o usufruto do objecto (reler sempre o livro, emprestá-lo...); a segunda pressupõe um pagamento à consulta em fluxo e uma gestão na participação e nos lucros entre autor, editor, operador do serviço, transportador das comunicações, etc.

Mas a edição electrónica deve também promover o conhecimento, a educação e a pesquisa e os seus benefícios devem anular a irritação anteriormente criada por alguns malefícios tecnológicos (reprodução em fotocópia), num consenso entre os fabricantes do livro, os poderes públicos e os conservadores do património que, através de novas regras contratuais e uma redistribuição das responsabilidades, devem avançar para mercados potenciais, num terreno nacional e linguístico bem definido.

E é essa necessidade da reprodução do texto enquanto criação virtual, que tem vindo a influenciar a cadeia editorial; se bem que de forma negativa inicialmente – pensava-se -, esta relação desenvolveu a pouco e pouco sinergias que nos levam a crer numa recuperação na área da indústria livreira.

Têm vindo a ser divulgadas estatísticas sobre o aumento gradual do interesse dos leitores de edições electrónicas (bibliotecas digitais, CD-ROMs, catálogos em linha, textos integrais na Web) em visitarem livrarias e adquirirem os textos em livro.

Uma notícia no *Washington Post*, de 30 de Setembro 97, relaciona o acesso *on-line* com a venda de títulos: “*Instintivamente, não faz sentido. Uma editora de Washington, a National Academy Press, colocou 1.700 dos seus títulos na Internet, viabilizando mesmo a leitura gratuita e, no ano seguinte, as suas vendas aumentaram 17%*”. Nem todos os editores, sobretudo na Europa, poderão ter os mesmos resultados, mas este é um estudo real de como o acesso *on-line*, mesmo para textos na íntegra, pode aumentar a aquisição de informação, apesar das possibilidades de gravação, leitura, impressão, etc; constata-se a mesma atitude em relação aos CD-ROMs.

Parece pois não haver grande preocupação relativa ao fim do livro, dado que, apesar de tudo, um livro em papel permite uma leitura mais confortável ! A editora McGraw-Hill lançou no seu *site* vários livros computadorizados antes de serem publicados, para os leitores contribuírem com sugestões para as versões finais e, uma vez publicados, foram retirados do *site*; o resultado foi uma elevada procura destas edições e as vendas subiram em flecha.

Assim, para os editores, o lançamento no mercado de informação sob a forma electrónica também lhes permite obter dividendos capazes de compensar o investimento considerável na edição impressa.

Também nas bibliotecas se verifica um aumento de leitores depois de as suas páginas serem lançadas na Web.

No caso concreto da Biblioteca Nacional, o seu *site* foi lançado na Internet em 12 de Março 96 e o número de leitores, que era de 45.600 nessa data, aumentou para 54.100 em 1997. O número de consultas ao *site* foi de uma média de 4.400 por mês, com um número máximo de 6.200 no mês de Março 98.

A edição electrónica não é uma simples transferência dos produtos papel para o suporte digital, mas trata-se sobretudo de criar produtos a partir das funcionalidades suplementares oferecidas pelas novas tecnologias, de criar a sua tarifação e de definir com precisão o estatuto jurídico quanto à propriedade intelectual.

Dado que todo o documento tem um autor, esta propriedade funciona pelas autorizações ou as impossibilidades de acesso, e também por um *copyright* que acompanha cada documento assinado, se for objecto duma publicação, numa dinâmica sem fronteiras de circulação, sem limites, desde que esse mesmo *copyright* seja respeitado. Não há dúvida que o estatuto legal da informação legal electrónica dimana deste encontro cultural (divulgação das obras) e económico (pagamento dos respectivos direitos).

As edições electrónicas contribuem assim para um equilíbrio entre utilizador/leitor e suportes electrónico/papel, numa conjuntura altamente benéfica para a circulação da informação e o aumento do conhecimento: são uma verdadeira ferramenta do conhecimento.

3.2 - O suporte electrónico incentiva o conhecimento

Os produtos electrónicos presentemente produzidos em Portugal são, no sector *off-line*, sobretudo CD-ROMs, embora exista uma produção irrelevante de Photo-CDs, CD-Is e CD-ROMs híbridos (actualizáveis via Internet). No sector *on-line*, a Internet é o serviço mais relevante, existindo também os Quiosques Multimedia e os Serviços pagos.

1994 foi o ano de explosão do CD-ROM nos EUA e em alguns países europeus.

Em Portugal, este fenómeno começou em 1995 e em 1997 o número de potenciais leitores era de 150.000, podendo-se prever 200.000 para 1998 (número de unidades com capacidades multimedia, segundo a INSAT); o número de títulos editados em Portugal era de 87 - sem contar com os *bundles* (ofertas com a divulgação dos títulos das editoras, demos, programas que acompanham a venda dos computadores, etc.); o número de títulos disponíveis era de 750 dos quais 58% estava relacionado com jogos, 12% com produtos didácticos/formação, 8% com enciclopédias e 6% com cultura (fonte: APEME).

Mais rápido ainda foi o desenvolvimento da Internet pois nunca um meio de comunicação se desenvolveu tão depressa na história da humanidade. Esta explosão, em Portugal, segundo um estudo da Marktest relativo a Dezembro de 1997, mede-se pelo número de indivíduos com acesso (979.000) e de indivíduos com uso regular (495.000); as ligações são feitas do trabalho (38%), da escola ou universidade (39,9%), de casa (24,3%) e o restante de outros locais.

As edições electrónicas podem também constituir um complemento ou uma alternativa à imprensa diária e semanal e às revistas especializadas, razão pela qual têm estas vindo a lançar na Internet as suas edições; e, dado que os custos estão intimamente ligados às tiragens, alguns editores da imprensa regional e de curiosidades optaram por publicarem apenas a versão electrónica na Internet. Em Portugal, existem presentemente mais de 80 edições electrónicas na Internet, sobretudo revistas, jornais, boletins e páginas humorísticas, algumas delas abertas à participação dos seus utilizadores.

Mas os desenvolvimentos electrónicos em curso visam também permitir melhor gerir e sincronizar os fluxos múltiplos de dados, sendo alguns estáticos e outros isócronos, dependendo do tempo, e alguns são sujeitos a fortes controlos de exactidão, enquanto que outros, sensoriais, exigem a fidelidade na reprodução (por exemplo, a côm). A tendência é de dar um controlo cada vez maior ao utilizador, através de ferramentas conviviais e de interfaces ergonómicas. Por isso, a tendência hoje é conhecida: difusão sobre os vários suportes, complementaridade e associação entre CD e em linha, colocação dos CDs na rede. A edição modifica-se: o HTML e os CDs apresentam edições completamente à parte do papel e, no entanto, acessíveis ao utilizador. A navegação no CD-ROM, como instrumento de pesquisa, deve ser constituída por toda uma hierarquia de ajudas documentais que pode ser convocada, mas essas diferentes camadas de informação intermediária devem estar elas próprias organizadas, acessíveis num espaço, com uma visibilidade e uma síntese mesmo provisória, precária, que salve da dispersão, da perda de sentido. Se bem que a ajuda documental deva acentuar uma assistência resultante de uma necessidade que será tanto mais imperiosa quanto mais os recursos forem dinâmicos, cinéticos (imagens e fundos audiovisuais animados), também a tecnologia deve desenvolver a sua arte já que só através da criação do cenário (*design*) das conexões se pode proporcionar ajudas visuais, sonoras ou textuais adaptadas e intuitivas.

Aplicar estes desenvolvimentos é uma forma de cativar utilizadores e aumentar o seu número, levando-os a considerarem a migração de conteúdos como uma garantia de fornecimento rápido e agradável de informação, o que constituirá, sem sombra de dúvidas, um efectivo incentivo ao conhecimento.

4 – As edições electrónicas da Biblioteca Nacional

Segundo Pierre-Marie Belbenoit-Avich *a função da biblioteca é de ajuda tanto à decisão como à pesquisa. Diz respeito ao futuro e não ao passado. Os meios modernos de tratamento da informação demonstram claramente que tal finalidade se transformou em necessidade.*

E a essa necessidade respondeu a Biblioteca Nacional, não só disponibilizando informação sobre as suas colecções, serviços e actividades através do seu *site* na Web, como também organizando novos serviços de informação local aos leitores – o *BN Acesso* – em que, pela consulta ao catálogo informatizado, às bases de dados e aos CD-ROMs consultáveis em

linha, se constata quão longe a informatização das bibliotecas levou à sofisticação dos catálogos e do conjunto das técnicas periféricas.

Também a edição em CD-ROM da *Bibliografia Nacional Portuguesa*, iniciada em 1995, actualizada semestralmente, constitui uma aproximação ao utilizador fornecendo-lhe novos modos de pesquisa, dinamizando o acesso a esta vasta base de dados.

4.1 - A Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses em CD-ROM

Segundo Murat Kunt, *a multimédia é como o amor de adolescência: todos pensam nele, todos acreditam que os outros o estão a fazer, todos falam nele, mas ninguém está realmente a pô-lo em prática. Os poucos que o estão a praticar, não se esforçam para o fazer bem e todos pensam que bom que será quando um dia o souberem fazer.*

Mas a Biblioteca Nacional decidiu *pô-lo em prática*, iniciando a sua produção de CD-ROMs - com conteúdos retirados de espécies das suas colecções - com a *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses*; é, sem dúvida, um projecto ambicioso e evolutivo, mas extremamente gratificante pela sua contribuição nas áreas da educação, da investigação, e da divulgação e difusão da cultura portuguesa. Será, sem dúvida, o começo de uma colecção que promete a divulgação de mais “tesouros” do património bibliográfico português, preservados na Biblioteca Nacional.

Dado que a situação actual aponta para um público de utilizadores finais maioritariamente jovem, definiu-se à partida que este CD-ROM deveria:

- dar à leitura alguns textos importantes da nossa literatura em versões múltiplas e confrontáveis, de modo a que o leitor possa ter na frente, simultaneamente, o manuscrito original (ou a edição primitiva) e uma ou mais edições modernas; fornecer acessórios diversos (anotações ao texto, traduções, biografias e bibliografias);
- proporcionar um forte motor de pesquisa, que permita pesquisar por autor, título, data, assunto, palavra ou combinação de palavras, no texto ou no título/subtítulo de cada obra;
- permitir ao utilizador, através de um *browser hypermedia*, percorrer a base de dados como se se tratasse de um gigantesco livro electrónico;
- incluir ornamentações iconográficas e dispositivos de pesquisa informática de modo a permitir uma leitura numa perspectiva gráfica contemporânea, apesar de sóbria para não rivalizar com a iconografia original;
- incluir música, vídeo e declamações para tornar a consulta mais leve e amigável;
- permitir ao utilizador imprimir e salvar os sumários das pesquisas efectuadas, bem como o texto integral das biografias, listas bibliográficas, índices das obras e fac-símiles.

Outra das suas utilidades é a de pôr à vista as fontes originais do texto, que habitualmente são conhecidas apenas dos eruditos, tornando-as mais familiares e compreensíveis pela vizinhança de edições actuais.

Resumindo:

A *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses* em CD-ROM, que contém 17 dos melhores autores da literatura portuguesa dos séculos XIII a XX, cujas obras mais representativas são apresentadas em 2.500 páginas fac-similadas, 6.000 páginas de edições críticas, notas, introduções, biobibliografias e traduções, e ainda 500 imagens iconográficas, permite ler em 2 discos cerca de 56 volumes impressos.

